



CIMO 2015

5+5

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

DECLARAÇÃO DE LISBOA

Sob a Presidência de Anabela Miranda Rodrigues, Ministra da Administração Interna da República Portuguesa, teve lugar em Lisboa, nos dias 18 e 19 de maio de 2015, a XVI Conferência dos Ministros do Interior do Mediterrâneo Ocidental (CIMO), com a participação de:

Nourdine Bedoui, Ministro do Interior e das Comunidades Locais da República Argelina Democrática e Popular

Francisco Martinez Vásquez, Secretário de Estado e da Segurança do Ministério do Interior do Reino de Espanha,

Nicolas Galey, Delegado Interministerial para o Mediterrâneo da República Francesa,

Domenico Manzione, Subsecretário de Estado, do Ministério do Interior da República Italiana

Mustafa Omar Ali Dabashi, Ministro do Interior da Líbia,

Carmelo Abela, Ministro do Interior e da Segurança Nacional da República de Malta,

Cherki Draï, Ministro Delegado junto do Ministro do Interior, do Reino de Marrocos,

Mohamed Ould Ahmed Salem Ould Mohamed Rare, Ministro do Interior e da Descentralização da República Islâmica da Mauritânia,

Mohamed Najem Gharsalli, Ministro do Interior da República Tunisina,

Reiterando a importância e atualidade do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (Diálogo 5+5) tendo em vista reforçar o diálogo político e a cooperação em áreas de interesse comum entre os países da bacia ocidental do Mediterrâneo,

Invocando a I e a II Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo do Diálogo 5+5, realizadas em Tunes, em 2003, e em Malta, em 2012, as quais reafirmaram a importância deste quadro de concertação, baseado na solidariedade e complementaridade entre os seus países membros,

Salientando a relevância que é atribuída às áreas da competência dos Ministros do Interior no quadro da CIMO, nomeadamente por razões de segurança, de migração, de gestão de catástrofes naturais e de cooperação descentralizada,



CIMO 2015

5+5

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب

XVI^{ème} Conférence des Ministres de l'Intérieur des Pays de la Méditerranée Occidentale

XVI Conference of Interior Ministers of the Western Mediterranean Countries

XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do Mediterrâneo Ocidental

Salientando a relevância que é atribuída às áreas da competência dos Ministros do Interior pelas reuniões dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Diálogo 5+5, que consideram estas áreas como fulcrais no diálogo político no Mediterrâneo Ocidental,

Recordando a Declaração de Argel, da XV CIMO, realizada nos dias 8 e 9 de abril de 2013, e os compromissos então assumidos,

Confirmando os princípios e objetivos fundadores das Conferências dos Ministros do Interior no sentido de contribuir para, em conjunto, enfrentar os desafios e ameaças que apelam a respostas mais versáteis e eficazes a questões estratégicas do interesse comum, como a luta contra o terrorismo, a luta contra o crime organizado transfronteiriço sob todas estas formas, a luta contra as migrações irregulares e o tráfico de seres humanos, de órgãos, de células e tecidos, a cooperação no domínio da proteção civil, a cooperação no domínio da segurança rodoviária, a cooperação no domínio das comunidades locais e a circulação de pessoas.

Adoptam a seguinte Declaração.

A LUTA CONTRA O TERRORISMO

Condenando os atentados terroristas na Argélia, em França, na Tunísia e na Líbia e outros locais, bem como, a irreparável perda de vidas humanas e os graves sofrimentos infligidos aos sobreviventes,

Reiterando a solidariedade aos Governos e às populações;

Recordando que qualquer ato terrorista é um ato de barbárie, violador absoluto dos princípios dos Direitos humanos e do Estado de Direito, que não podem de todo ser justificados em razão de causas políticas, ideológicas, religiosas, étnicas ou outras;

Reconhecendo que, embora esta preocupação tenha estado sempre presente na agenda de todas as CIMO, o acesso cada vez mais generalizado às tecnologias de informação e de comunicação, e o recurso a meios cada vez mais sofisticados e variados tornam necessário o reforço da cooperação através de novas abordagens e metodologias, que permitam uma resposta adequada a uma ameaça cada vez mais complexa.

Preocupados com a situação difícil que a Líbia conhece, os Ministros do Interior da 5+5 examinarão, em pleno respeito pela integridade territorial e soberania da Líbia, os esforços que podem ser envidados de forma a ajudar e a apoiar a enfrentar os desafios com que a mesma se defronta no domínio da segurança das fronteiras terrestres e marítimas, bem como, de locais estratégicos nevrálgicos, nomeadamente:



CIMO 2015

5
+

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب

XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la Méditerranée Occidentale

XVI Conference of Interior Ministers of the Western Mediterranean Countries

XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do Mediterrâneo Ocidental

- Reforçando a cooperação no domínio da formação do pessoal dos serviços de segurança do Governo Líbio encarregues das missões de segurança das fronteiras terrestres e marítimas, bem como, a segurança de locais estratégicos nevralgicos,
- Proporcionando, dentro do possível, e em conformidade com as obrigações internacionais, um apoio técnico e logístico aos serviços de segurança do Governo Líbio encarregues das missões acima mencionadas.

Os Ministros do Interior decidem:

- Prosseguir na cooperação entre as entidades congéneres e no quadro da sua competência em matéria de troca de informações no domínio da luta contra o terrorismo, identificando linhas de ação que considerem de utilidade comum para todos os parceiros, com o objectivo de a curto prazo ser proposta uma estratégia comum dos países da CIMO em matéria de luta contra o terrorismo, na linha das decisões já tomadas neste sentido nas Declarações de Nouakchott, de Veneza e de Argel. Esta aproximação comum deve ser discutida em sede de reunião técnica e submetida na próxima CIMO.
- Ter em particular atenção, não apenas às formas clássicas de terrorismo, mas também as mais inovadoras, designadamente, a cibercriminalidade, cuja ameaça, a qual recorre a tecnologias de informação e comunicação, entre outras, com o fim de difundir mensagens violentas, favorecendo o proselitismo no sentido de uma ideologia extremista, de doutrinação e recrutamento em zonas de conflito.
- Que a reacção a estas novas ameaças terroristas carecem de uma rápida partilha de conhecimentos e de informação entre os serviços competentes dos parceiros da CIMO. Como tal, há que apresentar propostas concretas susceptíveis de melhorar, os métodos de identificação e de análise dos conteúdos da internet que incitam ao terrorismo onde fazem apologia, e de permitir a sua penalização na zona CIMO, designadamente através da colaboração dos sectores económicos relevantes. Dentro deste contexto, há que promover iniciativas, nomeadamente, em favor das jovens gerações, contra a difusão de ideologias extremistas violentas.
- Que no seguimento dos últimos acontecimentos, será conveniente ter em conta o fenómeno dos “combatentes terroristas estrangeiros” (Foreign Fighters). Nesse sentido, é oportuno encorajar o intercâmbio de informações sobre aqueles que se podem juntar às zonas de conflito, os indivíduos que se encontram já nas zonas de conflito e que regressam ao seu país de origem, na senda da aplicação das resoluções das Nações Unidas inspirando-se no “Memorando de Haia Marraquexe” relativo às boas práticas em matéria de luta contra os combatentes terroristas estrangeiros, adoptado no quadro do Fórum Global contra o Terrorismo;



CIMO 2015

5+5

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

- Salientando a necessidade de cooperação na luta contra a radicalização e reinserção dos indivíduos visados;
- De incluir na luta contra o terrorismo, a luta contra todas as formas de radicalização, e fanatismo religioso que conduzam à violência e ao envolvimento de actores da sociedade civil;
- Considerar, para efeitos de tipos diferenciados de prevenção e de luta contra o terrorismo, não apenas as armas e engenhos explosivos tradicionalmente utilizados em atos terroristas, mas igualmente as armas químicas, radiológicas, bacteriológicas e nucleares (CBRN), de elevado potencial destruidor.
- Implementar uma rede de partilha de informações e boas práticas entre as Forças de Segurança dos Estados membros da CIMO, no sentido de potenciar sinergias, em matéria de prevenção e de luta contra os novos desafios.
- Proibir, com base nos instrumentos internacionais relevantes das Nações Unidas e das legislações nacionais, a concessão de refugio aos combatentes terroristas estrangeiros.
- Em matéria de luta contra o financiamento do terrorismo, nomeadamente no que concerne ao pagamento de resgates durante a tomada de reféns, de agir segundo a Declaração de Argel de 8 e 9 de abril de 2013.
- De trabalhar numa proposta de Conferência Internacional sobre a luta contra o terrorismo sob a égide das Nações Unidas;
- De promover uma abordagem global que integre, no quadro da luta contra o terrorismo, a justiça social, o desenvolvimento, a luta contra a pobreza, a precariedade e a exclusão social, a prevenção e a resolução de conflitos, baseados no Estado de Direito tendo em conta as vítimas do terrorismo.
- De promover medidas tendentes à luta contra a intolerância, os estereótipos negativos, a estigmatização e a discriminação, o incitamento à violência fundada na religião ou convicção.

A LUTA CONTRA O CRIME ORGANIZADO E TODOS OS TIPOS DE TRÁFICOS ASSOCIADOS

Considerando que a criminalidade que os Estados Membros da CIMO fazem face é cada vez mais organizada, dispendo de redes de ação complexas e sofisticadas, recorrendo a variados meios e tecnologias e estendendo as suas ramificações transfronteiriças,

Considerando, ainda, a existência de uma clara ligação entre o crime organizado e os vários tipos de tráfico,



CIMO 2015

5
+

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

Convencidos que a luta contra o crime organizado se funda essencialmente na responsabilidade partilhada e na determinação comum de reduzir a propagação do fenómeno através de uma abordagem conjunta e operacional de luta num triplo plano nacional, regional, mas também mundial,

Convencidos de que a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, os protocolos adicionais a que se refere e os acordos de cooperação bilaterais entre os Estados-Membros neste domínio, continuam a ser os instrumentos internacionais fundamentais nesta cooperação.

Os Ministros do Interior decidem:

- Reforçar a cooperação entre os serviços competentes dos países membros da CIMO, incluindo a troca de informações que contribui para a detecção e desmantelamento de redes de crime organizado;
- Através das entidades competentes, estabelecer uma matriz comum dos vários tipos de redes de criminalidade organizada, seus objectivos, seus *modus operandi*, seus potenciais e vulnerabilidades, por forma a desenvolver uma melhor prevenção e uma luta mais eficaz.
- Identificar as ligações entre o crime organizado, o terrorismo e as redes de todos os tipos de tráfico conhecidos, bem como identificar novas formas de tráfico, desde logo o tráfico de seres humanos, e o seu impacto particularmente nos grupos alvo mais vulneráveis (mulheres, crianças e migrantes em situação irregular); o tráfico de órgãos, de armas, de munições, de explosivos; de estupefacientes; de metais raros e preciosos; e o tráfico de espécies raras e protegidas e bens culturais.
- Partilhar entre as entidades responsáveis congéneres boas práticas de sensibilização da sociedade civil, com especial atenção o público jovem, o conjunto de tráficos ligados à actividade das redes criminosas, em particular no que respeita ao uso seguro da internet.
- Partilhar, entre as entidades responsáveis congéneres, métodos policiais e operacionais diversificados em função da sua natureza específica.
- Encorajar a luta contra o crime financeiro, o branqueamento de capital e a corrupção e desenvolver projectos-piloto sobre os vários tipos de crime organizado e de tráficos, nomeadamente no plano bilateral, partilhando as boas práticas e os resultados obtidos, através de seminários ou workshops dos países da CIMO, que versem sobre o terrorismo e as suas ligações com o crime organizado.
- Partilhar experiências e formações especializadas na luta eficaz contra o cibercrime.



CIMO 2015

5
+
5

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E A LUTA CONTRA A MIGRAÇÃO IRREGULAR

Sublinhando a recorrência de incidentes trágicos ocorridos recentemente no Mediterrâneo e lamentando a perda de vidas humanas,

Recordando que, ao longo das várias CIMO, se vem reiterando a importância da circulação de pessoas no espaço dos países do Diálogo 5+5, no pleno respeito pelos Direitos Humanos e dos migrantes,

Reafirmando que a questão migratória apela a uma abordagem global, integrada, concertada e equilibrada, acompanhada pelas instâncias internacionais, regionais, sub-regionais como é no caso do quadro da CIMO e no espírito da cooperação solidária e do co-desenvolvimento aliás previsto, nomeadamente, na Declaração de Rabat de julho de 2006 a qual iniciou o processo de diálogo Euro-Africano sobre a Migração e o Desenvolvimento,

Relembrando o papel positivo da imigração regular nos países de destino e de origem; conscientes da necessidade de prosseguir e aprofundar a colaboração entre os diferentes países com o propósito de difusão de informações sobre os canais de imigração regular e sobre os riscos da migração irregular,

Apelando ao pleno respeito da legislação internacional e nacional em vigor em cada Estado e, ainda, no caso dos Estados-membros da União Europeia, também no pleno respeito da legislação comunitária a que estão obrigados a transpor para a respectiva legislação nacional,

Propõem, dentro das suas respectivas competências promover uma cooperação activa entre a União Europeia e os países do sul da CIMO, com vista a reforçar a luta contra a imigração irregular e a criminalidade associada.

Congratulando o roteiro adoptado pelo Conselho Europeu extraordinário de 23 de abril de 2015 apelando à sua rápida implementação, de acordo com as leis nacionais,

Congratulando as iniciativas inéditas e ousadas levadas a cabo por parte de alguns países da margem sul do Mediterrâneo, em matéria de gestão humana de fluxos migratórios, nomeadamente, através de operações excepcionais de regularização de migrantes em situação ilegal e sua integração no tecido sócio-económico,

Os Ministros do Interior decidem:

- De fazer da migração um elemento fundamental da dimensão humana do diálogo 5 + 5, que irá promover a aproximação entre os povos de ambas as margens, nomeadamente através da facilitação da circulação de pessoas;



CIMO 2015

5+5

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de l'Intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

- De apoiar os esforços de desenvolvimento dos países da margem sul, nomeadamente através do encorajamento e incentivo ao investimento.
- Que a migração irregular continua a ser uma preocupação comum, sobretudo quando associada a redes de tráfico de migrantes, que provocam dramas humanitários, bem como, perturbações nos países de trânsito e de destino;
- De prevenir e de combater contra as redes e canais de migração irregular através de um mapeamento deste tipo de fenómeno, a sua proveniência, os seus objectivos (trabalho ilegal, exploração sexual, tráfico de seres humanos, ...) com base nas experiências de luta contra as redes de tráfico levadas a cabo em cada um dos países e as metodologias que se têm revelado mais eficazes à luz dos resultados obtidos.
- Encorajar medidas legislativas nos países em que estas ainda não existam, no sentido de penalizar os empregadores que recorram a trabalhadores em situação irregular, no quadro das competências dos Ministros do Interior.
- Que as entidades responsáveis pela vigilância e controlo de fronteiras aéreas, marítimas e terrestres de cada Estado parceiro do Diálogo 5+5 desenvolvam a partilha de informação, de tecnologia e de métodos operacionais no quadro dos acordos de cooperação bilateral, em sede de intercâmbio de peritos, de formadores especializados, de controlo de fronteiras, de controle de falsificação de documentos de identificação e de viagem, quer ainda quanto a viaturas e obras de arte roubadas.
- Encorajar o contributo de Espanha no sentido de partilhar com todos os parceiros da CIMO, a experiência da Equipa de Investigação Conjunta já existente entre Marrocos e a Mauritânia como uma ferramenta versátil na luta contra a imigração ilegal e outros crimes associados.
- De lutar contra todas as formas de discriminação fundadas na religião, cultura, origem ou raça.
- De prestar apoio logístico e técnico na segurança e controle das fronteiras;
- Realizar, logo que possível, a 8ª Reunião Ministerial do Diálogo 5+5 Migrações.

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO CIVIL

Relembrando que em várias CIMO, nomeadamente as de Veneza e de Argel, tem havido acordo quanto à relevância da cooperação no domínio da proteção civil para os nossos cidadãos e países num contexto de catástrofes e emergências graves, de origem humana e natural merecedoras de uma atenção especial e permanente,



CIMO 2015

5
+

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

Os Ministros do Interior decidem:

- Convidar os países da CIMO que ainda não tenham formalizado a assinatura dos acordos bilaterais em matéria de protecção civil a fazê-lo no mais curto período de tempo, convidar os países que já têm acordos de parceria assinados a revitaliza-los com vista a trazer um novo impulso à cooperação neste domínio.
- Criar uma bolsa de peritos encarregue de recolher as diferentes experiências dos países da CIMO, no domínio da Protecção Civil, para uma melhor coordenação e sinergia nas acções, que terá, entre outras, por missão avaliar as anteriores decisões da CIMO no intuito de identificar os objectivos a alcançar numa próxima CIMO.
- Analisar a viabilidade da criação de uma Plataforma Regional para a Redução do Risco de Catástrofes no âmbito dos Países da CIMO.
- Colocar em prática uma estratégia comum para a redução e mitigação dos efeitos dos riscos de catástrofes naturais ou de origem humana;
- A transferência de conhecimentos e de iniciativas nacionais de sensibilização da opinião pública através da partilha de conhecimento e treino técnico especializado no domínio da prevenção e gestão de catástrofes;
- A colocação em rede dos serviços de Protecção civil dos países da CIMO com vista a um intercâmbio de informações, incluindo encontros internacionais, e troca de experiências adquiridas;
- A organização de exercícios práticos de simulação de acidentes graves com vista à interoperabilidade das equipas de intervenção da Protecção Civil.
- Utilizar, no domínio da protecção civil, as estruturas de cooperação existentes entre os países CIMO tendo em vista o intercâmbio de informações e de especialistas em outros tipos de emergências, catástrofes ou situações de crise. A operação "Passagem do Estreito" (Paso del Estrecho-Marhaba) entre Espanha e Marrocos é um bom exemplo da estrutura de cooperação já consolidada, tanto ao nível do planeamento quer ao nível operacional.

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Tendo em conta a importância do aprofundamento e do desenvolvimento da cooperação dos países da CIMO, abrindo-a a novos domínios, e conscientes da relevância da segurança rodoviária para os nossos cidadãos e países;



CIMO 2015

5+5

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de l'Intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

Os Ministros decidem:

- Divulgar entre as entidades congéneres dos Países da CIMO, competentes em matéria de segurança rodoviária, iniciativas nacionais de sensibilização pública ou formação na área da segurança rodoviária, especialmente se acessíveis numa língua estrangeira, realizadas por cada País da CIMO.
- A criação de uma rede de peritos CIMO em matéria de segurança rodoviária no intuito de que os nossos países possam partilhar experiências e boas práticas que conduzam a sinergias significativas para o benefício de todos os países do CIMO nestas áreas.
- Divulgar entre as entidades congéneres responsáveis pela segurança rodoviária dos países da CIMO a realização de eventos internacionais de que tenham tido conhecimento e que sejam abertos à participação destes países.

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DAS COLETIVIDADES LOCAIS

Os Ministros invocam a Declaração de Argel, assinada em 2013, durante a Presidência Argelina, reiterando a importância da cooperação descentralizada como factor de intercâmbio e de desenvolvimento entre ambas as margens do Mediterrâneo para proveito das respetivas populações locais.

Reiteram ainda a importância de desenvolver ações de parceria entre as coletividades locais, no respeito pelas respetivas legislações nacionais relativas à organização territorial de cada Estado membro da CIMO.

Os Ministros apelam ao:

Incentivo na organização de seminários e simpósios sobre temas de cooperação descentralizada;

A promoção de ações de parceria e intercâmbio entre as comunidades locais dos países da CIMO, particularmente em matéria de formação;

A troca de visitas entre representantes das autoridades locais.

SEGUIMENTO DA CONFERÊNCIA

Os Ministros salientam a importância de reforçar e desenvolver uma cooperação concreta entre os países da CIMO e reafirmam a necessidade de aplicação resoluta das decisões por cada país.



CIMO 2015

5
5+

المؤتمر السادس عشر لوزراء داخلية غرب
XVI^{ème} Conférence des Ministres de L'intérieur des Pays de la
Méditerranée Occidentale
XVI Conference of Interior Ministers of the Western
Mediterranean Countries
XVI Conferência de Ministros do Interior dos Países do
Mediterrâneo Ocidental

No sentido de multiplicar sinergias nas áreas constantes da presente Declaração, os Ministros comprometem-se a defender nas organizações internacionais, regionais, na União do Magrebe Árabe, na União Europeia, consoante o caso, posições consentâneas nas matérias sobre as quais assumiram compromissos na presente Declaração.

Encarregam o grupo de acompanhamento, através dos pontos focais temáticos de implementar as acções identificadas na presente declaração, em conformidade com sua legislação interna e em conformidade com os seus compromissos internacionais e regionais.

Os Ministros agradecem às autoridades portuguesas o acolhimento e hospitalidade sentidos e exprimem o seu reconhecimento à Ministra da Administração Interna de Portugal e a todos os serviços portugueses pela organização da XVI CIMO que permitiu o sucesso desta Conferência

Os Ministros aceitam com prazer o convite do seu homólogo da Mauritânia, para acolher no seu país a XVII Conferência dos Ministros do Interior do Mediterrâneo Ocidental.

Aprovada em Lisboa, no dia 19 de maio de 2015

Os Ministros